

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.620 - CE (2019/0148078-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MARIA DULCE SOUSA CASTELO**  
**ADVOGADOS : RUI BARROS LEAL FARIAS - CE016411**  
**GLAUBER ISAIAS PINHEIRO DANTAS - CE033041**  
**FERNANDO DEMETRIO DE SOUSA PONTES - CE030320**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE FORTALEZA**  
**ADVOGADO : JOÃO AFRÂNIO MONTENEGRO - CE004466**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MARIA DULCE SOUSA CASTELO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APELAÇÃO CÍVEL  
PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PLEITO DE  
RESTABELECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE DE  
VENCIMENTOS EM 85 SALÁRIOS - MÍNIMOS TRÂNSITO EM  
JULGADO PELA JUSTIÇA TRABALHISTA TRANSMUDAÇÃO DO  
REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO EFEITOS DA  
SENTENÇA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA LIMITADOS AO  
ADVENTO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO ENTENDIMENTO  
CONSOLIDADO DO EXCELSO PRETÓRIO EDIÇÃO DA SÚMULA  
VINCULANTE DE ? 04 VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO  
MÍNIMO COMO INDEXADOR DE VANTAGEM DESTINADA A  
SERVIDOR PÚBLICO INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL  
COISA JULGADA DELIMITADA AO PERÍODO EM QUE SE  
ENCONTRAVA ALBERGADA AO REGIME JURÍDICO ANTERIOR  
OBSERVANCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA SENTENÇA MANTIDA  
RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.

1. Trata-se de apelação cível interposta pela autora em face do Município de Fortaleza impugnando a sentença proferida pelo Juízo da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, que julgou improcedente a pretensão autoral, consistente no restabelecimento da percepção do reajuste de sua pensão segundo a variação do salário mínimo nacional.

2. Nos termos do conjunto probatório apresentado aos autos, observa-se que o servidor municipal falecido, instituidor da pensão, ajuizou ação na justiça do trabalho visando angariar reajuste salarial decorrente de Decreto Municipal, o qual assegurava-lhe a percepção do piso salarial correspondente a 8,5 (oito e meio) salários-mínimos do país, obtendo, após percorrer diversas instâncias, o trânsito definitivo e favorável do julgado no ano de 1993.

3. Contudo, vê-se que houve mudança do regime jurídico do servidor beneficiado pelo julgado trabalhista. Nestes termos, o Excelso Pretório possui diversos precedentes em que se consolidou a tese de que "o servidor

público celetista transposto para regime estatutário não possui direito adquirido às diferenças remuneratórias decorrentes de sentença trabalhista, tendo em vista a mudança de regime".

4. Acrescente-se que o Egrégio Supremo Tribunal Federal editou o enunciado da súmula vinculante de nº 04, o qual estatui o óbice do salário-mínimo ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado.

5. Dessa feita e, em reexame aos fatos e fundamentos jurídicos esposados, tenho que o título judicial em tela - processo nº 1552/89, cf. fl. 27 dos autos - se mostra desprovido de exigibilidade, não havendo plausibilidade em se tratar de afronta à coisa julgada, pois a constituição do julgado circunscreve-se ao contexto fático e jurídico do ajuizamento da ação, não obstante a aplicação de legislação superveniente, porquanto, e de acordo com diversos precedentes dos Tribunais pátrios, não existe direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico remuneratório.

6. Destaca-se no caso em epígrafe que a pensionista, ora apelante, possui em seu favor o instituto da coisa julgada material, formada pela Justiça do Trabalho enquanto o servidor encontrava-se no regime celetista. Portanto, durante o período em que se encontrava albergada por tal regime, fazia jus à percepção do reajuste vinculado à variação do salário mínimo nacional - ou seja, até a edição do regime jurídico único - sob pena de ferir de morte um dos mais prezados institutos que garantem a segurança jurídica.

7. No entanto, em face da transmutação do regime celetista para o estatutário, não cabe a incorporação imediata dos direitos próprios de um regime para o outro, restando impossibilitada a vinculação do reajuste vencimental ao salário-mínimo, razão pela qual deve ser mantida a sentença vergastada.

8. Recurso conhecido, mas desprovido.

É o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Nesse sentido: "É inviável, em recurso especial, a revisão de julgado que possui fundamentação exclusivamente constitucional para declarar devida a paridade de remuneração entre trabalhadores ativos e inativos, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal" (AgInt no REsp 1744165/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/2/2019, DJe de 1º/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1757744/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 7/2/2019, DJe de 14/2/2019; e AgInt no REsp 1503220/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado

em 4/12/2018, DJe de 5/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente